

## LIÇÕES DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA EM CUBA

Eraldo da Silva Ramos Filho

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente (UNESP)  
Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)  
Brasil

\_ HYPERLINK "mailto:eramosfilho@gmail.com" \_eramosfilho@gmail.com\_

Apresento neste texto reflexões desenvolvidas na cooperação científica internacional intitulada “Estudo comparativo das transformações recentes nos campos brasileiro e cubano (1994-2005)” financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Ministério de Educação Superior (MES – Cuba). A pesquisa tem como coordenadores gerais o Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho; em Cuba é coordenada pelo Prof. Dr. Roberto Gonzalez Sosa. Integram a equipe brasileira os pesquisadores do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA): Dr. Bernardo Mançano Fernandes, Dr. Clifford Andrew Welch, Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho, Dr. João Cleps Júnior e Dr. João Edmilson Fabrini; a equipe cubana que compõe o Grupo de Estudios de Desarrollo Rural y Local é formada por: Dra. Angelina Herrera Sorzano, Dr. Eduardo San Marful Orbis, Dr. Roberto Gonzalez Sosa e M.Sc. Sivia Diaz García.

Durante os anos 2007 e 2009 realizamos um conjunto de missões de estudos e trabalho nos dois países, nos quais foi possível além intercambiar conhecimentos, contribuir com a atualização, formação e capacitação de professores e estudantes, realizamos trabalhos de campo conjuntos no Brasil e em Cuba. As reflexões apresentadas a seguir, referem-se a minha interpretação do processo revolucionário e seus impactos sobre o desenvolvimento do campo cubano, apreendidos durante os seis meses de estágio de doutorado (setembro de 2007 a fevereiro de 2008) realizado na Facultad de Geografia da Universidad de La Habana e em missão de trabalho em Cuba em janeiro de 2009.

Tomo como referência as informações e dados coletados durante trabalho de campo realizados nas províncias de La Habana, Pinar del Río, Matanzas, Camaguey e Villa Clara. Locais onde foi possível entrevistar e conversar com camponeses e produtores agrícolas, pertencentes ao setor estatal e privado de produção agropecuária, organizados em Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), Cooperativas de Comercialização e Serviços Fortalecidas (CCSF), Unidades de Básicas de Produção e Consumo (UBPC), Empresas Florestais, Empresas Açucareiras, Organopônicos, comerciantes dos mercados livres agropecuários, bodegas, pontos de venda de hortaliças, além de entrevistas com dirigentes da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), do Ministério da Agricultura (MINAG) e Ministério do Açúcar (MINAZ).

Analisar comparativamente o desenvolvimento recente dos campos brasileiro e cubano é objetivo central da referida cooperação. Obviamente, tem sido um grande desafio comparar duas realidades tão distintas. Países com formações socioculturais semelhantes, mas, com trajetórias político-econômicas muito diferentes, sobretudo a partir da década de 1950-60 quando triunfa a Revolução Cubana. Do latim *lectio*, o substantivo feminino *lição* pode apresentar várias acepções como: “aquilo que é aprendido ou assimilado pelo aluno através dos ensinamentos do professor”, “unidade didática no conjunto de cada matéria ou curso, destinada ao ensino e ministrado por meio de explicações em classe ou de textos”, “Experiência, ensinamento, conselho ou exemplo que serve de aviso, orientação à conduta ou ao procedimento” (FERREIRA, 2004).

Esta última acepção se aproxima mais do interesse em produzir esta contribuição ao XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Considerando que o campo latino-americano vem sofrendo de um lado a ofensiva neoliberal que contribui para expansão da agricultura capitalista, controlada pelas corporações transnacionais, destinadas à produção de commodities e não essencialmente

de alimentos, me parece fundamental dar analisar os processos de desenvolvimento do campo em curso em Cuba, com vistas a refletir sobre a possibilidade de um modelo de desenvolvimento emancipatório.

#### Lição 1 - A Questão agrária e o papel transformador do campesinato

Compreendo a questão agrária como uma problemática estrutural do capitalismo, refere-se ao conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas dos trabalhadores e apresenta características próprias de acordo com o dimensionamento das relações sociais construídas em diferentes momentos históricos e espaços geográficos.

A Cuba Republicana da Era Fulgêncio Batista apresentava um modelo de desenvolvimento do campo, cuja estrutura de poder baseava-se na acumulação capitalista advinda, principalmente, da produção e exportação de açúcar. Com um governo fortemente marcado pela influência e subordinação das políticas internas aos interesses internacionais, especialmente os norte-americanos que satelitizavam o país àquela época, o poder político encontrava-se concentrado nos militares e o poder econômico no setor agropecuário, cuja participação de empresas estrangeiras, sobretudo norte- americanas era significativa.

A questão agrária do período estava constituída pelos seguintes elementos: a) binômio latifúndio – minifúndio; b) elevada concentração fundiária (Tabela 1) - muito semelhante à existente no Brasil contemporâneo; c) forte domínio do capital externo sobre a propriedade territorial (em 1950, somente 13 empresas norte-americanas controlavam 10% da área agrícola e 95% das grandes propriedades ocupavam-se com a produção de cana ou pecuária desenvolvida com baixo nível tecnológico); d) dependência externa do setor agropecuário no que toca à importação de alimentos, insumos, implementos e tecnologia, destinados à produção de produtos e matérias-primas demandados externamente, em detrimento da produção dos alimentos destinados ao abastecimento da população nacional.

Tabela 1 - CUBA – Estrutura fundiária segundo declarações juradas de proprietários afetados pela 1ª Lei de Reforma agrária -1959

Grupo de área (ha)	Superfície Imóveis	Proprietários	HA %	Nº %
ATÉ 67	628.673	7,4	28.735	68,3
DE 67 A 402	1.641.440	19,3	9.752	23,2
MAIS DE 402	6.252.163	73,3	3.602	8,5
TOTAL	8.522.276	100,0	42.089	100,0

Fonte: PAZ, Juan Valdéz. Procesos Agrarios en Cuba. 1959 - 1995. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1997. Outras características da questão agrária deste período eram: e) subutilização das terras agrícolas, tendo em vista que, em 1957, apenas 22% da área agricultável encontravam-se semeada; f) rentismo fundiário absenteísta - nos auspícios do triunfo revolucionário 70% dos imóveis eram explorados por outros que não os seus proprietários legais, sob diferentes formas como: arrendamentos, subarrendamentos, parceria, posse, administração, etc.

Estas características desencadearam uma conjuntura sociopolítica de desigualdade, pobreza, miséria, subordinação e violência, que, conseqüentemente, criaram as condições necessárias para a organização popular e apoio ao movimento guerrilheiro, que se formava na porção oriental do país, liderada por Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos. O Exército Rebelde teve, como estratégico e fundamental, o apoio do campesinato que controlava as pequenas propriedades na área da Sierra Maestra e que cedeu abrigo nas terras sobre o seu controle para o fortalecimento das brigadas. Posteriormente, a construção da unidade entre campesinato e operariado, em defesa do projeto de transformações apontado pelo Exército Rebelde, possibilitou o triunfo da Revolução, em janeiro de 1959.

#### Lição 2 – A Revolução Agrária e o conceito de propriedade privada

O sociólogo colombiano Antonio García (1970, p. 10), tomando como referência a América Latina, realizou uma categorização dos tipos de reforma agrária em três grupos: (1) as reformas agrárias marginais, que não rompem com o monopólio senhorial sobre a propriedade da terra; (2) as reformas agrárias convencionais realizadas a partir da negociação entre novas e antigas forças

políticas, com o intuito de alterar a forma de poder sobre a propriedade da terra, contudo, sem mudar as regras institucionais tradicionais; (3) as reformas agrárias estruturais “que integran un proceso nacional de transformaciones revolucionarias liberalizado por un agresivo elenco de nuevas fuerzas sociales identificadas en un objetivo estratégico de cambio, fundamentándose en la substitución de las relaciones tradicionales de poder y de las normas institucionales que las preservan y proyectan.” A terceira categorização foi adotada na Revolução política, em Cuba, a partir de 1959, com vistas à construção de um Estado Socialista.

A Revolução Agrária em Cuba foi levada a cabo a partir de 1959, tendo como objetivo superar, dentre outras questões, a desigualdade social e o atraso político-econômico em que vivia o país decorrente, em grande medida, dos componentes, processos e dinâmicas da questão agrária daquele momento histórico. Buscou-se promover transformações estruturais nas relações de produção, no conceito de propriedade privada e na formas de apropriação da terra e dos meios de produção.

De imediato, foi promulgada a 1ª Lei de Reforma Agrária (1959) definindo que a propriedade privada deve não mais atender ao interesse exclusivo de seu proprietário, mas, sim deve atender aos interesses sociais. Portanto, toda forma de propriedade que contrariasse este princípio seria abolida. Nesse sentido, iniciou-se o combate ao latifúndio com a limitação ao tamanho dos imóveis rurais até 400 hectares e o combate à irracionalidade do minifúndio estabelecendo o “mínimo vital” em 27 hectares. As terras que ultrapassaram os 400 hectares foram incorporadas ao patrimônio do Estado, nacionalizadas e entregues para os camponeses sob a condição de usufruto por tempo indeterminado. Ficou proibida toda e qualquer forma de exploração e comercialização de terras que caracterizasse rentismo fundiário. A terra passou a ser destinada para quem nela trabalha.

Com a realização da reforma agrária buscava-se valorizar e reconhecer o papel da classe camponesa para o triunfo revolucionário e, sobretudo, para a construção do novo modelo de sociedade que estava por desabrochar. A reforma agrária deveria promover transformações nas relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas que viabilizassem aumentar o volume das exportações agropecuárias gerando divisas para o país, ao mesmo tempo em que produziria a auto-suficiência alimentar da população, bem como, garantiria o fornecimento de matéria-prima para a indústria nacional, possibilitando o seu crescimento e diversificação. A nova sociedade em formação adotou como princípio estratégico o bem estar do homem, da população, nas suas múltiplas necessidades, de modo que a transformação da distribuição das terras foi acompanhada da universalização de um conjunto de políticas sociais, infra-estrutura, crédito, assistência técnica, saúde, transporte, comercialização e preços, etc.

O Estado estabeleceu a forma de propriedade da terra em dois setores: um estatal no qual a principal forma organizativa eram as Granjas del Pueblo e o setor privado no qual se destaca a formação de Cooperativas de Créditos e Serviços e as Cooperativas de Produção Agropecuária. O primeiro setor estruturou-se nos locais das antigas usinas açucareiras e latifúndios sob a forma de grandes cooperativas estatais, nas quais as terras e os meios de produção pertenciam ao Estado e os agricultores contratados sob a forma de trabalhadores assalariados. No setor privado, o Estado estimulou, com o intuito de eliminar a fragmentação da classe e aumentar o controle sobre esta, a organização dos camponeses de diferentes sistemas agrícolas em uma única entidade: a Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP).

Para otimizar a aplicação dos recursos o governo revolucionário estimulou a concentração dos camponeses em agrovilas onde foram construídas casas, escolas, policlínicos, círculos sociais, lares maternos ou de anciãos, e abastecimento de água, eletricidade, vias de transporte e comunicação, etc. Ademais, os meios de produção destinados a este setor eram adquiridos com financiamento e subsídios estatais e de forma coletivizada. A gestão do território se estruturou de forma centralizada, ou seja, com um levantamento minucioso das potencialidades e limitações do conjunto de solos do país, o Estado determinava às Granjas e ao setor privado o que deveria ser produzido em tal parte do território, com vistas ao cumprimento de um plano produtivo que visava atingir os seguintes objetivos: abastecimento de alimentos da comunidade local; abastecimento de

alimentos para escolas, hospitais, asilos, lares maternos, etc.; fornecimento de determinados produtos para a população dos municípios e províncias. Os preços também eram controlados pelo Estado de maneira a garantir a viabilidade econômica da agricultura.

No decurso da implantação da reforma agrária, obviamente, que os setores conservadores da sociedade, os grandes empresários e latifundiários demonstraram-se contrários às transformações em curso e organizaram diferentes ações de resistência ao avanço do projeto político, implantando ações contra-revolucionárias. A fim de dirimir esta possibilidade o governo cubano viu-se na obrigação de fortalecer as unidades das diferentes categorias no apoio da revolução e eliminar todo e qualquer foco de resistência.

Nesse contexto, considerando que forte ação contra-revolucionária vinha da parte dos grandes latifundiários e corporações estrangeiras ligadas à produção de açúcar e pecuária, tendo em vista seu poder econômico, em 31 de outubro de 1963, foi promulgada a 2ª lei de Reforma Agrária, que dentre as principais diretrizes estabeleceu: a abolição da propriedade capitalista em Cuba com a nacionalização de todas as áreas, anteriormente, concedidas até 400 hectares e incorporação destas áreas ao controle do Estado; assim com a nacionalização de todas as propriedades acima de 67 hectares, desencadeando um processo de concentração de terras sob o controle do Estado (Tabela 2).

Tabela 02 - Estructura de tenencia de la tierra años 1962 y 1963.

Sector Agrícola	Año 1962	Año 1963	Área (miles de ha)	% (miles de ha)	% Estatal
3	903	44	5 514	60	No Estatal
5	174	56	3 563	40	Fuente: Valdés, J., 1997.

Lição 3 – A adoção do modelo da revolução verde

A partir da década de 1970, gradativamente, Cuba estreitou relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), aderiu ao bloco econômico dos países socialistas, o Consejo de Ayuda Mutua Económica - CAME e assumiu, na divisão internacional do trabalho do campo socialista, a função de país produtor e exportador de commodities, especialmente açúcar, elaborado a partir da cana-de-açúcar. Tal produção era elevada e o mercado consumidor garantido por seu principal parceiro econômico a URSS, compradora da totalidade da produção a preços elevados, que repassava sob condições contratuais específicas para os países que compunham o referido bloco.

Os níveis de produção e produtividade foram garantidos de um lado pela adesão ao modelo técnico-produtivo-comercial da Revolução Verde. Decorreu disto uma forte dependência de sementes, insumos e implementos agrícolas que eram fornecidos, a preços módicos pela URSS. O Setor Estatal se especializou na produção exportadora, sendo o responsável por controlar e determinar o modelo técnico-produtivo praticado no campo. Por outro lado, a concepção da superestrutura era de que apenas a forma organizativa estatal, fundamentado nas Grandes Cooperativas e Empresas Açucareiras. Nessa perspectiva, o Estado cubano incentivou a entrega e/ou arrendamento de terras das cooperativas camponesas a este setor e gerou intenso processo de proletarização dentre o campesinato.

Em 1977, durante a V Congresso da ANAP, Fidel Castro, então presidente do Conselho de Estado discursou que: “al organizar aquellas cooperativas en las empresas cañeras dábavamos un paso adelante em relación a lo que habrá significado la parcelación de aquellas tierras [...] desde el punto de vista social habrá sido un retroceso, porque aquellos obreros los habíamos transfigurado de proletários, en campesinos”. Neste contexto, a redistribuição fundiária implantada pelas leis de reforma agrária sofreu uma inversão, ao passo em que gradativamente o Estado passou a controlar mais terras (Tabela 03) que foram entregues pelos camponeses, que se convertiam em funcionários das grandes cooperativas estatais. Estas por sua vez, especializavam a produção agropecuária em função da demanda do mercado externo. Os elevados preços pagos pelo açúcar garantiram a pujança econômica à custa de forte dependência externa.

Todavia, a forma de gestão destas enormes empresas, tinha a compreensão de que a eficiência e produtividade das áreas dependia, exclusivamente, da utilização e da quantidade de máquinas (como tratores e colheitadeiras), agroquímicos, venenos etc. Aprofundou-se ao máximo o modelo da Revolução Verde Soviética e junto com ele, os impactos negativos como contaminação, compactação e esgotamento dos solos, desflorestamento das áreas agropecuárias, índices elevados de erosão, contaminação de águas, etc. Contudo, foi somente com a crise do período especial que as evidências contidas nos dados oficiais foi aceita: a grande empresa estatal, em face do seu modelo de gestão, se por um lado garantiu o controle da terra e dos meios de produção por parte do Estado concebido como a única instituição capaz de atuar para o bem estar de toda população, sua forma de gestão demonstrou-se ineficiente do ponto de vista da gestão, da eficiência, da produtividade, destacando-se a partir de então as virtudes do setor privado, controlado pelos camponeses.

#### Lição 4 – Crise e o papel do campesinato

Com a crise da URSS nos anos 80 e declínio do bloco socialista na década de 90, a relação comercial privilegiada desapareceu em menos de 1 ano e meio. Junto com ela, perdeu-se aproximadamente 70% do comércio exterior, e, Cuba deparou-se em uma crise econômico-social estrutural, marcada pela ausência completa de produtos e condições de viabilizar a produção agropecuária e atender as necessidades básicas da população, momento histórico denominado período especial. A perda deste parceiro comercial privilegiado e a intensificação dos termos do bloqueio econômico político, comercial - imposto pelo governo dos Estados Unidos da América - conduziram o país a uma necessária, urgente e profunda reestruturação das bases econômicas do país, impondo o desafio de converter-se de parte de um sistema em um complexo de sistemas, processo em curso neste momento.

Com o advento do período especial (1990), o governo revolucionário constatou as limitações e impactos negativos do modelo baseado nas Granjas Estatais, sobretudo no tocante à dependência externa e degradação ambiental. A escassez de alimentos, combustíveis, insumos, implementos agrícolas e peças de reposição obrigaram o Estado a adotar outro modelo de desenvolvimento da agricultura. Este modelo encontra-se em construção seja na reestruturação das estruturas organizativas do campo, assim com na apropriação, elaboração e difusão de conhecimento e tecnologia ligada a prática produtivas que possibilitem maior autonomia frente ao mercado de combustíveis, insumos, implementos e máquinas agrícolas.

Neste bojo, destaca-se a conversão das antigas Granjas Estatais (em 03/10/1993) em Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC), cuja contratualidade prevê: a) a cessão de terras em usufruto gratuito por tempo indeterminado; b) venda pelo Estado aos camponeses de máquinas e implementos; c) carência de três anos para realizar o pagamento dos implementos financiados. Na prática, no meu entendimento, a UBPC tem uma estrutura organizativa semelhante a uma empresa de produção agropecuária. Há a figura do administrador que realiza toda a estruturação e planejamento da empresa e esta funciona com a contratação de força de trabalho assalariada, que pode ser cooperada ou não.

Este modelo produtivo ao mesmo tempo em que abastece as necessidades alimentares dos seus trabalhadores a partir do que produzem e comercializam, garante a auto-suficiência do país em carne de porco, ovos e café. Todavia, os diferentes sistemas de produção existentes são insuficientes para abastecer de alimentos toda a população, sendo necessário importar milho, leite, arroz, soja e trigo.

Faz-se mister enfatizar que durante os anos de maior gravidade do período especial a disponibilidade de recursos para investimento na realização das atividades produtivas agropecuária eram inexistentes, e os recursos de subsistência alimentar para a população praticamente se esgotaram, desapareceram. Fazia-se necessário reconstruir todas as condições de produção do país, em curtíssimo período, especialmente a produção alimentar. Neste terrível contexto, diferentes segmento da sociedade (professores, estudantes, médicos, cozinheiros, etc.)

foram convocados para a realização de trabalho voluntário nos campos com o intuito de recuperar a produção agrícola elementar. Nos quintais, jardins, garagens, varandas de casas e apartamentos buscava-se semear algum tipo de tubérculo, grão que pudesse servir à alimentação em futuro curto, ou mesmo criar pequenos animais como galinhas e porcos.

Nesse contexto, o campesinato cubano teve novamente sua função estratégica redescoberta e revalorizada. Organizado nas cooperativas teria agora o desafio de contribuir decisivamente para a reestruturação da produção agrícola que abastece os comedores de trabalhadores dos centros de trabalho, escolas, hospitais, creches, asilos, lares maternos, etc; que atende diretamente a população seja pela através da comida racionada (aquela adquirida com subsídios do governo) ou aquela que passou a ser vendida nos mercados livres agropecuários e feiras; além de uma parcela de alimentos que passaram a ser demandados a partir da década de 1990, pelo segmento dedicado ao turismo, setor que foi adotado como a mola propulsora dos demais setores de atividades econômicas do país. Para colocar em marcha este desafio o setor camponês (e também o estatal) passou a adotar técnicas produtivas fundamentadas na agricultura orgânica, agroecologia e, em menor escala, as experiências de permacultura.

Outra alternativa ao desabastecimento alimentar e limitações financeiras foi a realização de estímulos ao desenvolvimento da agricultura orgânica nos espaços urbanos vazios. Isto ocorreu devido a alguns fatores: a) escassez de alimentos; b) distribuição espacial da população (80% urbana e 20% rural); c) inexistência de recursos financeiros para importar insumos químicos agrícolas; c) necessidade de gerar emprego e gerar as condições alimentares básicas de toda a população. Este modelo denomina-se Organopónico e caracteriza a forma de produção realizada em espaços cuja área varia entre 2.000 e 5.000m<sup>2</sup> não aptos para a produção agrícola direta.

Utilizam-se canteiros com contenedores laterais de diversos materiais (pedra, madeira, pedaços de telhas, etc) para conter um substrato com matéria orgânica e solo agrícola geralmente proveniente de outros lugares. Os rendimentos agrícolas se fixam em 12 kg/m<sup>2</sup>/ano. Os organopónicos ampliaram a produção de gêneros alimentícios com uso de técnicas sustentáveis e sem riscos à contaminação das cidades, uma vez que despreza o uso de fertilizantes químicos e venenos. Produzem essencialmente hortaliças e condimentos, a organização dos agricultores se dá individualmente ou em cooperativas e não há a regulação do Estado que permite, neste setor, a livre comercialização em centenas de pontos de venda no país. A difusão de sistemas de produção com base orgânica e agroecológica no campo e nas cidades, articula-se com os objetivos de ampliar a expectativa de vida da população cubana tendo em vista produção mediante consumo de alimentos saudáveis e em quantidade adequadas.

Também se adotou em 1995, com vistas à superação da crise do período especial, a abertura da agricultura cubana ao capital estrangeiro. Estabeleceram-se cooperações econômico-produtivas em diferentes setores agrícolas, que perpassam a troca tecnológica e/ou produtiva. A intencionalidade de Cuba ao abrir a economia para empresas estrangeiras é que estas entrem com capital, tecnologia e mercado para exportação. Todavia, as parcerias estabelecidas entre o governo cubano e capital estrangeiro, embora, muitas das vezes ocorram com transnacionais conhecidas em todo mundo pela dilapidação dos patrimônios dos países onde se instalam, em Cuba a contratualidade as impede de fazer o mesmo. As parcerias são firmadas por meio de uma contratualidade em que o governo cubano mantém o controle acionário do empreendimento, controla a propriedade do solo (rural e urbano) e subsolo e não permite que o grupo empresarial opine e/ou interfira nos procedimentos políticos do país, dentre outros mecanismos adotados.

Contudo, mesmo estabelecendo controle sobre os empreendimentos firmados e conduzidos em parceria, no plano estratégico estes empreendimentos não eliminam contradições. Um exemplo é a criação da joint venture BRASCUBA, criada entre o governo cubano detentor de 51% das ações e a fumageira brasileira Souza Cruz (que na prática é uma subsidiária da British American Tobacco - o mais internacionais dos grupos de tabaco) que detém 49%. Esta produz os cigarros Hollywood com exclusividade no mercado cubano.

Sabe-se que o governo cubano recebe anualmente, nas suas universidades, milhares de estudantes de diferentes partes do mundo e originários de distintos movimentos sociais e organizações anti-neoliberalismo para formá-los em nível de graduação como um ato de solidariedade e construção de projeto estratégico. Simultaneamente, a Souza Cruz mediante sua entrada no mercado cubano incrementa sua capacidade de reprodução ampliada, de acumulação capitalista. Nos bancos das universidades cubanas, pode-se encontrar facilmente filhos de camponeses de diferentes partes do Brasil, cujos pais estão sendo mortos pelo sistema de integração e subordinação plena da produção de fumo à Souza Cruz.

#### Bibliografia

- Constitución de La Republica De Cuba. < \_ HYPERLINK "<http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>" \_http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm\_ > Acessado em: 26 de out. 2007, às 10:31hs.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3 ed. São Paulo: Editora Positivo, 2004.
- GARCIA, Antonio. Dinámica de las reformas agrarias en América Latina. 3 ed. Medellín/Bogotá: Editorial La Oveja Negra, Bogotá, 1970.
- GONZÁLEZ, Armando Nova. La agricultura en Cuba: evolución y trayectoria (1959 – 2005). La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2006.
- MINISTERIO DE LA AGRICULTURA. Discurso pronunciado por nuestro Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz el 16 de Agosto de 1960, ante los 600 Coordinadores de Cooperativas Cañeras. Ciudad La Habana, 2000.
- MINISTERIO DE LA AGRICULTURA. Control gubernamental al ministerio de la agricultura. Mayo de 1997.
- SORZANO, Angelina Herrera. La cooperativa como forma de tenencia y su papel en la organización del espacio rural cubano. La Habana, Cuba, 1999. 137. Tesis (Doctorado en Ciencias Geográficas) – Facultad de Geografía, Universidad La Habana.
- PAZ, Juan Valdéz. Procesos Agrarios en Cuba. 1959 - 1995. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1997
- RAMONET, Ignacio. Cien horas con Fidel: conversaciones con Ignacio Ramonet. 3ª ed. La Habana: Ocinia de Publicaciones del Consejo de Estado, 2006.